

RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO

Uma aposta no futuro!

AEBA abre candidaturas ao
Programa “Formação PME”

Direcção da AEBA
recebe voto de louvor
pelo trabalho realizado



 **Manuel Pontes**
Presidente da Direcção da ABEA
presidente@abea.pt

EDUCAR, FORMAR E INOVAR

O fenómeno da globalização do planeta obriga-nos hoje à constante aprendizagem e interiorização de conhecimentos. Portugal enfrenta actualmente desafios de suma importância para os quais se torna necessário e indispensável fazer uma mobilização colectiva, no sentido de recuperar os atrasos que, infelizmente, continuam a atirar o país para a cauda da Europa.

Um dos pilares que poderá, sem dúvida, contribuir fortemente para a nossa recuperação económica assenta nas três vertentes: EDUCAR, FORMAR E INOVAR, hoje reconhecidas por todos, mas que na prática encontram uma adesão ainda bastante reduzida para tão longo caminho a percorrer.

O desenvolvimento, progresso e crescimento de qualquer país está fortemente ligado ao nível cultural e educacional. Segue-se como atributo também valioso e fundamental a formação, especialmente técnica, que muito contribui para o êxito de que hoje tanto se fala.

INOVAR. Sem margem para dúvidas que, naturalmente, qualquer actividade empresarial, mesmo aquelas que muitas vezes parecem condenadas, sobrevivem pela inovação, progridem e impõem-se nos mercados globalizados e competitivos.

O país só poderá recuperar para níveis sustentáveis pela inovação, imaginação, trabalho árduo e contínuo. Tudo terá de funcionar em cadeia, isto é, no lar, na família, os pais terão de moldar com disciplina, exigência e espírito de sacrifício os seus filhos, transmitindo-lhes menos facilitismo e mais realismo. Nas escolas, os professores, a quem se deve atribuir mais responsabilidades e direitos, serão os continuadores da moldagem de carácter e formação académica exigente dos jovens, continuando a tarefa iniciada pelos pais e em cooperação com estes. Numa fase final, os alunos deveriam, antes da conclusão dos estudos académicos, serem confrontados com o mundo empresarial, onde lhes pudesse ser facultada formação profissional em contacto com o mundo real.

Só com esta cadeia funcionando sequencial e coordenadamente será possível sair da situação extremamente difícil em que nos encontramos.

Mãos à obra!



FEIRAS NACIONAIS

EXPOCONSTRÓI

De 19/04/2006 a 23/04/2006 – Batalha
Feira de Equipamentos e Materiais para a Construção Civil

SALÃO AUTOMÓVEL

De 28/04/2006 a 07/05/2006 – Lisboa
CIMEIRA DO AMBIENTE

De 18/05/2006 a 20/05/2006 – Porto
Cimeira do Ambiente, Segurança e Qualidade

LAR TÊXTIL

De 18/05/2006 a 21/05/2006 – Porto
Salão Internacional de Têxteis Lar e Decoração

SIMAC

De 23/05/2006 a 27/05/2006 – Lisboa
Salão Internacional de Materiais, Máquinas e Equipamentos para a Construção

TEKTÓNICA

De 23/05/2006 a 27/05/2006 – Lisboa
Feira Internacional de Construção e Obras Públicas

FEIRAS INTERNACIONAIS

HANNOVER MESSE

De 24/04/2006 a 28/04/2006 – Alemanha
Feira Mundial da Indústria de Hannover
IMB

De 10/05/2006 a 13/05/2006 – Alemanha
Feira Internacional de Máquinas para Confeção e Transformação de Têxteis
INTERSELECTION

De 11/05/2006 a 13/05/2006 – França
Feira Internacional de Moda - Venda por Grosso

ALLIANCE

De 16/05/2006 a 19/05/2006
Exposição de Engenharia, Subcontratação e Máquinas

FENTIT

De 19/06/2006 a 22/06/2006 – Brasil
Feira Internacional da Indústria Têxtil
APLIMATEC

De 23/05/2006 a 25/05/2006 – Espanha
Feira Internacional de Aplicações Técnicas para Materiais Têxteis

Direcção e colaboradores da AEBA recebem voto de louvor pelo trabalho realizado



O Relatório de Gestão, Contas e Proposta de aplicação de resultados relativo ao exercício de 2005 foi aprovado por unanimidade na Assembleia Geral, que teve lugar no passado dia 24 de Março, na sede da AEBA. O Conselho Fiscal, no seu parecer, propôs que fosse conferido um voto de louvor à Direcção, assim como a todos os colaboradores da associação, por todo o trabalho desenvolvido e pelo empenho demonstrado em todas as actividades realizadas pela AEBA. Esta proposta foi igualmente aprovada por unanimidade.

Apesar das dificuldades sentidas em promover a cooperação e o associativismo entre as empresas e empresários da região, em parte devido ao actual contexto económico, a AEBA tem sabido ultrapassar todos os obstáculos e continuado a crescer de forma sustentada, aumentando o número de associados e consolidando o apoio que presta às empresas.

No ano de 2005, verificou-se um acréscimo de proveitos, fruto da evolução positiva da actividade da AEBA, que se reflectiu na consolidação das contas.

O ano de 2005 marcou também o início de uma nova valência na AEBA, o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que confere a certificação escolar equi-

valente ao 9º ano de escolaridade.

Nos serviços prestados às empresas associadas destaca-se o Serviço Externo Associativo de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho, que permitiu dar um acompanhamento mais próximo às empresas clientes, assim como o Licenciamento das Actividades Económicas e Ambiente, que tem sido muito solicitado pelas empresas com projectos, quer de

qualidade, quer de apoios comunitários.

Ao nível da formação profissional, durante o ano 2005 foram realizadas diversas acções de formação, nomeadamente 'Formação PME', com elevado nível de competência, rigor, eficiência e eficácia, conseguindo uma avaliação muito positiva por parte dos empresários participantes.

No que concerne aos sistemas de incentivos às empresas, a AEBA, integrada na Rede de Informação e Acompanhamento de Promotores (RIAP), liderada pela AEP e acreditada pelo IAPMEI, acompanhou 30 candidaturas, no âmbito do SIPIE.

O crescimento que a AEBA tem evidenciado, nos últimos dois anos, originou limitações ao nível das instalações. Neste contexto, a Direcção da AEBA promoveu a criação de uma empresa, constituída pelos seus associados, que adquiriu o Cine Nova Trofa, adaptando-o no futuro para as novas instalações da AEBA.



AEBA entrega diplomas a mais de 500 formandos

A Associação Empresarial do Baixo Ave deu por terminado o seu plano de formação 2005, com uma cerimónia de entrega dos diplomas aos mais de 500 formandos participantes nas diversas acções de formação. Durante o ano transacto, foram desenvolvidas cerca de 43 acções de formação para activos ou desempregados, num total de mais de 47.600 horas de formação.



A AEBA – Associação Empresarial do Baixo Ave – encerrou, no passado dia 6 de Janeiro, o plano de formação 2005, com a entrega de diplomas a todos os formandos, numa cerimónia que juntou no Cine Nova Trofa mais de 200 pessoas. Durante o ano de 2005, foram realizadas diversas acções de formação para activos e desempregados, financiadas pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POE-FDS) e certificadas pelo Ministério da Educação.

A cerimónia de entrega dos certificados contou com a presença do gestor do POEFDS, Realinho de Matos, e da responsável dos cursos EFA da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), Olívia Santos Silva, que teceram rasgados elogios ao dinamismo, competência e profissionalismo que a AEBA tem demonstrado, nos seus cinco anos de existência.

Realinho de Matos aproveitou a ocasião para evidenciar o papel fundamental da formação profissional na vida activa,

na medida em que “as qualificações criam um potencial superior para um crescimento económico, que é um elemento essencial para termos uma sociedade mais desenvolvida”. “Mais qualificação significa melhor posição relativamente ao emprego,

mais segurança no trabalho e maior possibilidade de empregabilidade”, assim como



“uma maior valorização do próprio salário”, sublinhou.

O presidente da Direcção da AEBA, Manuel Pontes, mostrou-se “valioso” com o contínuo desenvolvimento da associação e referiu que “2005 foi um ano muito intenso. Colaboramos fortemente com a política governamental, valorizando nas mais diversas

actividades, centenas de formandos que aqui recebem os seus diplomas e, por isso, podemos-nos orgulhar da missão cumprida”. “Sentimos imensa satisfação e até alguma vaidade pelo reconhecimento aqui manifestado com a presença destes ilustres convidados e ainda pelos já recebidos de diversos organismos públicos com os quais temos colaborado”, retorquiu.

Na perspectiva do presidente da Direcção, esta é uma forma “não só de reconhecimento e compreensão do esforço e empenho que temos desenvolvido ao longo destes anos, mas também um incentivo

para continuar a missão na formação profissional”.

A ADAPTA - Associação para a Defesa do Ambiente e do Património na Região da Trofa - promotora de alguns cursos de formação de adultos, esteve igualmente presente na cerimónia, tendo como porta-voz o seu presidente, Manuel Rodrigues da Silva, que referiu que “a AEBA enquanto entidade formadora preferencial tem cumprido com profissionalismo e dedicação

a missão de qualificar os adultos dos nossos cursos”.



35 Horas de formação anual obrigatórias

O empregador tem o dever de proporcionar aos seus funcionários acções de formação adequadas à sua qualificação, promovendo desta forma a formação contínua dos trabalhadores empregados, enquanto instrumento para a competitividade das empresas e para a valorização e actualização profissional.

Segundo o Decreto-Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto de 2003, a formação profissional deve abranger, em cada ano, pelo menos 10 por cento dos trabalhadores com contrato sem termo de cada empresa. Ao trabalhador deve ser assegurada, no âmbito da formação contínua, um número mínimo de 35 horas anuais de formação certificada.

Formação Profissional uma aposta bem sucedida

No âmbito da formação profissional, a AEBA estabeleceu contratos com a AEP – Associação Empresarial de Portugal, com o IEF – Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Sol do Ave – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave, e a ADAPTA – Associação de Defesa do Ambiente e Património da região da Trofa, no sentido de desenvolver acções de formação nas áreas das Novas Tecnologias, Comércio, Gestão, Administração e Ambiente.

A AEBA, como entidade acreditada pelo IQF – Instituto para a Qualidade na Formação (ex-Infofor) elaborou, no ano transacto, diversas candidaturas, quer ao Programa Operacional da Região Norte (PORN), quer ao Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), assim como ao IEF que mereceram parecer favorável.

Assim, no decorrer do ano 2005, foram realizadas, no âmbito do POEFDS, 9 acções de formação, em áreas como as novas tecnologias de informação, autocad, 3 Studio Viz, informática, base de dados, gestão da Informação – Internet e Outlook, entre muitas outras, e mais 28 acções no âmbito da Formação PME. No final, estas acções tiveram um volume de formação de 10.346,50 horas, abrangendo 430 formandos activos empregados.

Ainda no âmbito do POEFDS, decorreram duas acções de Educação e Formação de Adultos (EFA), com quinze formandos cada, que foram iniciadas em 2004 e terminaram em Dezembro último. O curso EFA B3 de Gestão e Administração teve um volume de 18.173,5 ho-

ras de formação, e o curso EFA B3 de Operador de Estações de Tratamento de Águas Residuais, com 23.651 horas de volume de formação, no qual a AEBA é apenas entidade formadora, em parceria com a ADAPTA, como entidade promotora. No final dos cursos, os formandos receberam um certificado que lhes confere equivalência ao 9º ano de escolaridade e certificação profissional de nível II.

No âmbito do FORDESQ – Formação de Desempregados Qualificados – foi iniciada uma acção de formação na área da “Especialização em Técnico Superior de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho”, abrangendo um total de 19 formandos, que actualmente se encontram em fase de estágio nas empresas.

Para o ano 2006, a AEBA pretende dar continuidade ao trabalho até agora desenvolvido. Estão a decorrer dois cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), um de Gestão e Administração e outro de Operador de Estações de Tratamento de Águas, tendo este último como entidade promotora, a ADAPTA.

AAEBA está a desenvolver um projecto, integrado no programa INOV-JOVEM, no âmbito do Plano Tecnológico, que visa a criação de novas oportunidades de emprego, para jovens licenciados desempregados, através de um novo incentivo às empresas, que passam a dispor de mão-de-obra qualificada a baixos custos.

Foram ainda aprovados dois cursos de Educação Formação, um de Serralharia Mecânica e outro de Electricidade nas Instalações, destinados a jovens entre os 15 e os 25 anos, que não tenham completado o 9º ano de escolaridade.

Perto de 1000 adultos inscritos no CRVCC



Inaugurado oficialmente em Janeiro de 2005, o CRVCC – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da AEBA já recebeu a inscrição de cerca de 1000 adultos, que procuram ver certificados os seus conhecimentos e competências adquiridos ao longo do seu percurso de vida.

Financiado pelo PRODEP III, pelo Fundo Social Europeu e pela Direcção-Geral de Formação Vocacional, do Ministério da Educação, esta valência dirige-se a todos as pessoas, activas ou desempregadas, maiores de 18 anos, que tenham baixos níveis de qualificação profissional.

O objectivo do CRVCC prende-se com o reconhecimento, validação e posterior certificação dos conhecimentos adquiridos em diversos contextos ao longo da vida, conferindo equivalência ao 4º, 6º e 9º ano de escolaridade, ou seja, ao 1º, 2º e 3º ciclos de ensino básico.

Pretende-se que cada adulto consiga demonstrar conhecimentos em cada uma das áreas de competência-chave – Linguagem e Comunicação, Matemática para a Vida, Tecnologias da Informação e Comunicação, e Cidadania e Empregabilidade – registando-os num dossier pessoal, conjuntamente com outros documentos que o comprovam.

Este dossier pessoal é construído nas sessões semanais, colectivas e individuais, com o apoio da equipa técnica, e espelha a maneira de ser e de estar em diferentes contextos, nomeadamente pessoal, social e profissional, sendo, no final do processo, apresentado a um Júri de Validação de Competências.

Situação	Homens	Mulheres	Totais
Inscritos	413	583	996
Em Processo	121	179	300
Encaminhados	15	41	56
Certificados	12	21	33

AEBA desenvolve programa de incentivo às empresas, criando novas oportunidades de emprego

A AEBA – Associação Empresarial do Baixo Ave – procurando responder às necessidades evidenciadas pelas empresas da região, ao nível de falta de técnicos qualificados em áreas como a Gestão da Produção, a Gestão Comercial, Marketing e Internacionalização, a Gestão de Recursos Humanos, a Higiene e Segurança no Trabalho e a Inovação e Qualidade apresentou uma candidatura ao programa INOV-JOVEM, a qual foi aprovada.

Este projecto promovido pela AEBA, no âmbito do plano tecnológico, visa responder eficazmente às dificuldades de integração no mercado de trabalho, evidenciadas pelos jovens licenciados e bacharéis, com idade até aos 35 anos, promovendo a sua qualificação e inser-



ção em áreas críticas para a inovação e o desenvolvimento empresarial das pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo que possibilita às empresas

beneficiar de trabalho qualificado a custos reduzidos e, simultaneamente, do acompanhamento de um especialista da AEBA que apoiará a empresa e o estagiário no desenvolvimento de todo o seu trabalho.

Estes estagiários têm formação prévia num total de 286 horas, durante dois meses. Findo este período, inicia-se o estágio no contexto empresarial, com a duração de dez meses, incluindo as férias.

Durante estes doze meses, os 56 jovens seleccionados beneficiam de uma bolsa mensal no valor de dois salários mínimos nacionais, num total de 771,80 euros, sendo que a empresa que os acolher apenas terá o custo de 25 por cento do montante, ou seja, 192,95 euros.



AEBA apoia comerciantes na candidatura ao MODCOM

Os comerciantes do Baixo Ave já se podem candidatar ao novo Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio – MODCOM, que tem como objectivo promover a modernização e a revitalização da actividade comercial, assim como a promoção de acções dirigidas à dinamização do comércio nos centros urbanos.

Quem se candidata ao MODCOM pode beneficiar de um incentivo para a realização de obras, na fachada ou no interior, e adquirir ou alterar os toldos e reclamos exteriores. Os equipamentos de exposição, com vista à melhoria da imagem e animação dos estabelecimentos e a adequada identificação, localização e apresentação de pro-

ductos, as máquinas e equipamentos, incluindo hardware e software, e as acções de marketing promocional são igualmente despesas elegíveis. Está também contemplada a aquisição e registo de marcas, a elaboração de estudos, diagnósticos e projectos de engenharia, arquitectura, design, assim como a intervenção do TOC ou ROC.

A AEBA propõe-se a auxiliar os candidatos no acesso à informação para o desenvolvimento dos seus projectos, assim como no acompanhamento das referidas candidaturas ao sistema de incentivos.

Criado pelo Ministério da Economia e da Inovação, MODCOM é um sistema de incentivos destinado a projectos in-

dividuais autónomos de pequena dimensão, ou seja, as lojas do comércio; a projectos de empresas que querem dinamizar estratégias empresariais que não se limitam a uma só loja; e, finalmente, a projectos de promoção comercial dos centros urbanos, por associações comerciais, através de acções que visem a sua animação, dinamização e divulgação.

Os Incentivos a conceder a fundo perdido não podem ultrapassar os 100 mil euros por entidade beneficiária durante um período de três anos, correspondente a 35 por cento das despesas elegíveis.

Para mais informações consulte www.lapmoi.pt



Calendário Fiscal

ABRIL 2006



10 IVA

Regime normal mensal - Fim do prazo de entrega das declarações relativas às operações efectuadas no mês de Fevereiro no exercício da sua actividade, no caso dos sujeitos passivos cujo volume de negócio seja igual ou superior a 498.797€ no ano civil anterior.

20 IRS / IRC e Imposto do Selo

Fim do prazo de entrega da Declaração de Retenções na Fonte IRS/IRC e Imposto do Selo com as retenções efectuadas no mês anterior. Data limite do pagamento das retenções efectuadas no mês anterior, declaradas na Declaração de Retenções na Fonte do IRS/IRC e Imposto do Selo.

MAIO 2006



02 Imposto Municipal sobre Imóveis

Pagamento da primeira prestação do Imposto Municipal sobre Imóveis desde que o seu montante seja superior a 249,40 €. Caso o montante seja igual ou inferior ao valor mencionado, o pagamento do imposto, será efectuado de uma só vez, no prazo supra mencionado.

10 IVA

Regime normal mensal - Fim do prazo de entrega das declarações relativas às operações efectuadas no mês de Março no exercício da sua actividade, no caso dos sujeitos passivos cujo volume de negócio seja igual ou superior a 498.797 € no ano civil anterior.

12 IRS

Data limite de entrega pela Internet da Declaração Modelo 3 com anexos, relativamente aos rendimentos auferidos em 2005, pelos sujeitos passivos com rendimentos que não exclusivamente da Categoria A (trabalho dependente) e H (pensões). Se tiverem auferido rendimentos no estrangeiro juntarão à declaração Modelo 3 o Anexo J.

15 IVA

Regime normal trimestral - Fim do prazo de entrega das declarações relativas às operações efectuadas no trimestre anterior por sujeitos passivos cujo volume de negócio seja inferior a 498.797 €.

22 IRS / IRC e Imposto do Selo

Fim do prazo de entrega da Declaração de Retenções na Fonte IRS/IRC e Imposto do Selo com as retenções efectuadas no mês anterior.
Data limite do pagamento das retenções efectuadas no mês anterior, declaradas na Declaração de Retenções na Fonte de IRS/IRC e Imposto do Selo.

31 IRC

Data limite de entrega da declaração de rendimentos modelo 22.

Obrigações Acessórias

Data limite de entrega da declaração modelo 17 - Dívida pública - Não Residentes - Operações de que tenha resultado reembolso antecipado de imposto.

Data limite de entrega da declaração modelo 18 - Vales de Refeição.

Sistema de Gestão Integrado da AEBA em processo de certificação

Conseguir a certificação do seu Sistema de Gestão Integrado, na área da Qualidade (NP EN ISO 9001:2000), Ambiente (NP EN ISO 14001:2004) e Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho (NP 4397: 2001/ OHSAS 18001: 1999), é uma das grandes metas que a AEBA pretende atingir este ano, no sentido de alcançar um nível de excelência, enquanto prestadora de serviços às empresas da região.



Este processo de certificação vai permitir à AEBA responder com mais qualidade e eficiência às solicitações de todos quantos se relacionam com esta associação, sejam empresas, organismos públicos, outras associações e toda a comunidade local, numa constante preocupação com a sua responsabilidade social.

A AEBA assumindo que a organização e a qualidade dos seus serviços pode e deve ser melhorada, está neste momento a reformular os seus processos internos, numa óptica de melhoria contínua. O objectivo primordial deste trabalho não é obter a certificação, embora esse seja um dos resultados esperados.

Todo este processo terá por base um sistema de informação, que permitirá à AEBA responder com eficácia à necessidade de minimizar a burocracia na organização. Alcançado o objectivo a que se propõe, a AEBA tornar-se-á numa das primeiras associações empresariais com certificação integrada na área da Qualidade, Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

JUNHO 2006



12 IVA

Regime normal mensal - Fim do prazo de entrega das declarações relativas às operações efectuadas no mês de Abril no exercício da sua actividade, no caso dos sujeitos passivos cujo volume de negócio seja igual ou superior 498.797€ no ano civil anterior.

20 IRS/IRC e Imposto do Selo

Fim do prazo de entrega da Declaração de Retenções na Fonte IRS/IRC e Imposto do Selo com as retenções efectuadas no mês anterior.

Data limite do pagamento das retenções efectuadas o mês anterior, declarada na Declaração de Retenção na Fonte de IRS/IRC e Imposto do Selo.

30 IRS/IRC, IVA e Imposto do Selo

Fim do prazo de entrega da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal, acompanhada dos respectivos Anexos, bem como de um dossier fiscal (em sede de IRS apenas obrigatório para os sujeitos passivos obrigados a possuir contabilidade organizada).

Estão abertas as candidaturas ao Programa “Formação PME”



“O Programa Formação PME faz das pequenas grandes empresas”. Este é um incentivo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com dimensão até 50 colaboradores. É financiado pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social - POEFDS - e co-gerido pela Associação Empresarial de Portugal. AAEBA actua como entidade promotora e dinamizadora na região, com assinalável sucesso desde 2002. Para a edição deste ano, a AEBA informa que estão abertas as candidaturas.

Através de intervenções construídas à medida das especificidades de cada empresa, o Programa Formação PME inicia-se com um diagnóstico, através do qual serão posteriormente definidos projectos ajustados às necessidades detectadas, consubstanciadas com acções quer de consultoria formativa, quer de formação para empresários e colaboradores.

O reforço da competitividade das PME's assenta frequentemente no desenvolvimento de competências variadas e na optimização dos recursos disponíveis. Para isso, a AEBA conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar que coopera na execução do programa.

O objectivo principal é tentar modernizar os modelos de negócio e práticas de gestão em micro e pequenas empresas, possibilitando um desenvolvimento contínuo e sustentado. Este programa visa assim responder eficazmente às necessidades evidenciadas pelas empresas, carenciadas de soluções simples e práticas que se reflectam na melhoria da gestão e da qualificação dos seus colaboradores.

As empresas, de qualquer sector de actividade, poderão beneficiar gratuitamente deste excelente apoio, que se materializa em horas de consultoria e formação, desde que apresentem a sua candidatura na sede da AEBA, até ao próximo dia 28 de Abril. Serão apoiadas as empresas com menos de 50 colaboradores, que não tenham dívidas à Segurança Social e à Fazenda Pública, que manifestem vontade de trabalhar com empenho e disponibilidade.

Sabia que...

As 50 empresas beneficiárias da última edição do Programa Formação PME receberam pela mão de Manuel Pontes, presidente da Direcção da AEBA, o seu certificado de participação neste Programa de Desenvolvimento Empresarial, numa cerimónia presidida pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

Neste encontro de empresários, que decorreu a 15 de Dezembro de 2005, em Santa Maria da Feira, a AEBA fez-se representar por cerca de 80 empresários da região. A nível nacional, 825 pequenas e

médias empresas foram beneficiadas com um total de 130.315 horas de consultoria formativa, sendo 56 por cento de empresas do sector industrial, 26 por cento do comércio, 13 por cento dos serviços e 5 por cento do sector do turismo.

Nesta edição foram realizados 930 cursos, abrangendo 8.861 colaboradores num total de 178.828 horas de formação, considerados pelo administrador da AEP, Joaquim Azevedo, como fundamentais para o sucesso do programa.

Obrigatoriedade do Livro de Reclamações

No dia 1 de Janeiro de 2006, entrou em vigor um Decreto-Lei nº 156/2005, publicado em Diário da República, a 15 de Setembro, que torna obrigatória a existência do Livro de Reclamações em “todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, que tenham contacto com o público em geral”.

A AEBA – Associação Empresarial do Baixo Ave – requereu ao Instituto do Consumidor autorização para distribuir

aos seus associados o referido livro e dispõe já de alguns exemplares. Dada a dificuldade da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) em disponibilizar os referidos livros, a AEBA já pediu a todos os seus associados que façam a encomenda nos seus serviços, por fax, e-mail ou directamente na sede, para que sejam requisitados novos livros à INCM.

Anteriormente, o Livro de Reclamações era apenas obrigatório nos serviços e or-

ganismos do Estado, onde fosse efectuada o atendimento público, assim como nos estabelecimentos de restauração e bebidas, nos empreendimentos turísticos e em unidades de saúde privadas.

A partir de agora, farmácias, cabeleiros, lar de idosos, centros de dia, ginásios, teatros, cinemas, postos de abastecimento de combustíveis, lavandarias, recintos de espectáculos, lojas de vendas e reparações de automóveis, par-

ICEP apresenta novos programas de apoio à exportação

Apoiar as exportações das empresas portuguesas é o objectivo central que o ICEP pretende atingir, no âmbito do programa "Portugal a Exportar +". O ICEP pretende aumentar a quota de mercado de Portugal, fazendo crescer as suas exportações, ao mesmo tempo que procura a internacionalização comercial das empresas portuguesas.

Para a concretização dos novos programas, o Governo disponibiliza a quantia de 50 milhões de euros/ano, destinada a apoiar empresários com diferentes experiências ao nível das exportações.

Para quem quiser começar a exportar, o ICEP Portugal vai realizar diversas acções de sensibilização e assistência técnica, apelidadas de "ABC Mercados" e "Como vender em...", que pretende facilitar aos empresários, de forma gratuita, informações relevantes, conselhos úteis e recomendações práticas sobre a forma de abordar estes mercados, formatadas à medida das necessidades de cada um.

Para as PME com produtos próprios, o programa "Começar a Exportar" assegura apoio financeiro até um montante máximo de 10.800 euros, mediante o pagamento de uma taxa de adesão de 100 euros e um envolvimento financeiro na ordem dos 2.500 euros, nas fases de elaboração e de implementação do plano de exportação. Este programa tem a mais-valia de intervir na cultura da empresa de uma forma individual e assistida por uma equipa preparada, que acompanha a PME nas mudanças necessárias para começar a exportar.

No sentido de apoiar as empresas na

contratação de técnicos com experiência internacional, em especial na área de marketing e funções comerciais, surge o programa "RH Marketing".

O programa "Marca Global" apoia a internacionalização das marcas, abrangendo ainda outras iniciativas de desenvolvimento empresarial como o design e imagem. Conceder apoios a fundo perdidos, apoiando as empresas nos seus projectos de prospecção internacional, é tarefa para o "SIME Internacional", que apoia a participação em feiras, marcando presença em mercados externos e marketing internacional.

As PME's que exportam regularmente

podem usufruir do programa "Ganhar Mercado", que tem como objectivo aumentar as exportações para um mercado específico. O "Unir para Exportar" destina-se a incentivar a cooperação entre PME's, que tenham uma estratégia e objectivos de exportação similares, para apoiar a internacionalização. Este apoio permitirá, que por um período máximo de 2 anos, o agrupamento de empresas beneficie de apoio financeiro para as despesas com estudos de mercado, acções promocionais e de divulgação e custos de estrutura.

Para mais informações consulte www.icep.pt

Novo PRIME introduz alterações nos Sistemas de Incentivos

Conhecimento, Tecnologia e Inovação são os três pilares do Plano Tecnológico, que servem de base para a reorientação estratégica do Novo PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, que pretende concentrar os seus recursos financeiros em áreas estratégicas do desenvolvimento, como a inovação, a qualificação dos recursos humanos e a internacionalização.

A concretização destes objectivos traduz-se num reajustamento dos Sistemas de Incentivos já existentes, assim como na criação de fases de candidatura, que favoreçam uma maior concentração de recursos em áreas prioritárias, uma maior selectividade dos projectos e um melhor controlo dos compromissos assumidos.

Será dada especial atenção às em-

presas que se candidatem a projectos nos domínios da Inovação e da Internacionalização, assim como nas áreas estratégicas para a economia nacional, com as energias renováveis, ou os sectores dos têxteis, calçado e vestuário.

O Novo PRIME pretende investir 30 milhões de euros em projectos que contribuam para o desenvolvimento das energias renováveis e destinar cerca de 32 milhões de euros à dinamização das actividades ligadas à moda. Desta forma, pretende incentivar o aparecimento de projectos que visem a investigação, desenvolvimento e criação de novos sistemas e serviços orientados para o sector energético, procurando apostar no reposicionamento competitivo das empresas nos mercados internacionais.

ques de estacionamento, serviços de transporte e de comunicações electrónicas e postais, entre outros espaços, são obrigados a possuírem o Livro de Reclamações e a disponibilizá-lo aos clientes sempre que estes o solicitem.

Caso o Livro de Reclamações não seja imediatamente facultado ao cliente, o infractor incorre numa multa que varia entre os 250 euros e os 30 mil euros,

podendo ainda ser solicitada a presença da autoridade policial que, no local, tomará conta da ocorrência, enviando posteriormente a informação à entidade competente para fiscalizar o sector em causa. Nos casos em que a gravidade da infracção o justifique, pode ser aplicado o encerramento temporário das instalações e a interdição do exercício da actividade.



Projecto para as novas instalações da AEBA aguarda aprovação

Confrontada com a crescente necessidade de um espaço maior e mais adequada para poder cumprir com os objectivos a que se propõe, a AEBA elaborou um projecto para a sua nova sede, que aguarda actualmente aprovação por parte das entidades oficiais.

Um auditório para 120 pessoas, salas de reuniões, diversas salas de formação prática e teórica, gabinetes de trabalho técnico, tudo com infra-estruturas adaptadas às necessidades das pessoas com deficiências físicas são as novas valências da nova sede da AEBA. O projecto que abrange dois pisos é da autoria dos arquitectos Alexandre Teixeira, José Fernando Azevedo e José Nuno Reis. Segundo Alexandre Teixeira, "este projecto é ambicioso, e apesar dos constrangimentos a que está sujeito, em virtude de estar inserido numa galeria comercial e, por isso, limitado, foi rentabilizado ao máximo e consegue apresentar-se de forma acolhedora e extremamente funcional".

Concluído o projecto, a AEBA vai pas-



sar a dispor de um novo espaço: moderno, arrojado e plenamente direccionado para as novas tecnologias, para que, de forma mais condigna, possa receber quer os seus associados, quer os formandos e público em geral. Um projecto que em tudo reflecte o posicionamento e dinâmica da AEBA e de todas as empresas que lhe estão associadas.

Para melhor gerir o espaço, foi criada, no final de Julho passado, a empresa EGESP – Exploração e Gestão de Salas

de Espectáculo da Trofa, Lda – através de escritura pública, com um capital social de 53.750 euros. A EGESP é uma sociedade por quotas constituída por todos os associados da AEBA que manifestaram interesse em apoiar a sua associação, agilizando e facilitando todo o processo de remodelação do espaço e posterior gestão.

O capital social é distribuído por 22 quotas, nas quais participam Manuel da Silva Pontes; Daniel Marques de Figueiredo; Nuno Paulo Rodrigues Serra; Alexandre José Neves Teixeira; José Tomé Nogueira Carvalho; Jorge Leite de Araújo; António da Costa e Silva; Aníbal da Costa Dias; Júlio Maia Moreira Dias; José da Costa e Sá; Carlos Francisco Malheiro Vaz; Eduardo Machado Dias Gouveia; Maria Inês Pereira Neves; a sociedade Campos & Dias, Lda; Máquinas Pinheiro, Lda; BIAL - S.G.P.S., S.A.; Armazéns de Tecidos Carrigos, Lda; ARDD Têxteis, Lda; e ainda José Luis de Sousa Moreira; David Monteiro da Costa Ferreira; RICON - S.G.P.S., S.A.; e PROEF, S.G.P.S., S.A.



Site da AEBA brevemente com imagem renovada

A AEBA vai dispor brevemente de um novo portal na Internet que poderá ser visitado através do endereço electrónico www.aeba.pt. As novidades passam pela remodelação gráfica, a agilização das ferramentas já existentes e a introdução de novas funcionalidades, que visam potenciar a interacção com todos os associados e visitantes. O novo site da AEBA vai complementar a nova imagem e identidade visual que a associação se propõe apresentar brevemente.

AEBA já dispõe de UNIVA

Uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) é mais uma das novas valências já disponível na sede da AEBA. A UNIVA da AEBA é uma estrutura, acreditada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que presta serviços gratuitos, com a finalidade de promover a inserção ou reinserção profissional de pessoas no mercado de trabalho. A UNIVA pretende assim apoiar as entidades que pretendam recrutar profissionais nas mais diversas áreas, disponibilizando o acesso a bases de dados, prestando apoio na selecção dos candidatos e divulgando as possíveis ofertas de emprego.

Novas Classes de Habilitações entraram em vigor



O exercício da actividade da construção depende da existência de um alvará, concedido pelo IMOPPI – Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, ficando o seu titular autorizado a executar os trabalhos enquadráveis nas habilitações atribuídas.

O alvará é válido por um período máximo de 12 meses, caducando no dia 31 de Janeiro de cada ano, no caso de não ser revalidado. A concessão e a manutenção de habilitações dependem do preenchimento cumulativo de alguns requisitos, nomeadamente a idoneidade; a capacidade técnica; e a capacidade económica e financeira.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº12/2004, de 9 de Janeiro, que define o acesso e a permanência na actividade de construção, as habilitações nas várias categorias e subcategorias são atribuídas em classes, de acordo com o valor dos traba-

lhos que os seus titulares estão habilitados a realizar.

Assim, segundo a Portaria nº 1300/2005, de 20 de Dezembro, que entrou em vigor a partir de 1 de Fevereiro do corrente ano, as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção e os correspondentes valores são fixados da seguinte forma:

Classes de Habilitações	Valores das obras (€)
1	Até 150 000
2	Até 300 000
3	Até 600 000
4	Até 1 200 000
5	Até 2 400 000
6	Até 4 800 000
7	Até 9 000 000
8	Até 15 000 000
9	Acima de 15 000 000



Obrigatoriedade do Licenciamento Industrial



Para a instalação, alteração e exploração dos estabelecimentos industriais é obrigatório proceder-se ao respectivo licenciamento industrial, sendo que a defini-

ção do respectivo regime de licenciamento está sujeita a uma tipologia que vai de 1 a 4, consoante o grau de risco potencial para a pessoa humana e para o ambiente, inerente ao exercício da sua actividade.

O Decreto-Lei nº 69/2003, de 10 de Abril, define o regime legal para o exercício da actividade industrial, tendo como objectivo a simplificação e desburocratização de procedimentos, enquanto factores de competitividade da economia nacional.

O objectivo da obrigatoriedade do licenciamento industrial assenta na necessidade de assegurar a compatibilização da protecção do interesse colectivo com a prossecução dos interesses da iniciativa privada, traduzida tanto na salvaguarda das condições indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das populações, co-

mo na procura das melhores condições de desenvolvimento empresarial.

Os estabelecimentos industriais que não tenham a licença industrial cometem uma contra-ordenação, punível com coima cujo montante mínimo é de 50 a 100 euros e o máximo de 3 700 a 44 000 euros, consoante se trate de pessoas singulares ou colectivas.

Desta forma, os estabelecimentos industriais existentes à data de aplicação do presente diploma sem licença de exploração industrial ou cujo processo de licenciamento não tenha tido seguimento devem regularizar a sua situação, no mais curto prazo possível.

A AEBA disponibiliza-se a ajudar as empresas a verificarem se a sua situação está regularizada.

AEBA assina protocolo de cooperação com A.E.A.G.P.



A Associação Empresarial do Baixo Ave e a Asociación de Empresarios de As Gandaras Porriño – AEAGP – assinaram um protocolo de cooperação, no sentido de promover e estimular uma interligação entre estas duas entidades, que visa incentivar o desenvolvimento sustentado das regiões onde se inserem, nomeadamente através da dinamização do seu tecido empresarial e da criação de infraestruturas e serviços de apoio às empresas que representam. A assinatura do protocolo decorreu, em Janeiro do ano transacto, nas instalações da empresa farmacêutica BIAL.

O referido protocolo prevê o intercâmbio permanente de informação e a promoção de acções que contribuam para o desenvolvimento e a divulgação das potencialidades das respectivas áreas de actuação.

No âmbito deste protocolo de cooperação,

ambas as associações comprometeram-se ainda a promover a elaboração de estudos e projectos conjuntos em diversas áreas, nomeadamente nos domínios da cooperação empresarial, no investimento externo, nos recursos humanos, na formação e na investigação, áreas consideradas essenciais para o sucesso de qualquer empresa.

Para melhor gerir a aplicação prática deste protocolo de cooperação, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento, composta por dois elementos representativos de cada associação que, para além de realizar reuniões ordinárias com uma periodicidade semestral, tem como atribuições principais manter as partes permanentemente informadas do evoluir dos projectos e das acções desenvolvidas por cada associação, orientar, coordenar e avaliar acções desenvolvidas e propor novos projectos, entre outras funções.

Incêndio na AEBA

Passava pouco das 10,30 horas, quando deflagrou um incêndio nas instalações da Associação Empresarial do Baixo Ave. A pronta intervenção das equipas da AEBA, que imediatamente evacuaram o espaço, e a rápida prontidão dos Bombeiros Voluntários da Trofa, que demoraram apenas cinco minutos a chegar ao local, foram cruciais para que a situação não resvasasse para uma tragédia. Apenas uma das formandas sentiu-se mal, devido à inalação de fumo, tendo acabado por desmaiar, mas rapidamente foi socorrida pelos bombeiros.

Esta poderia ter sido uma notícia veiculada num qualquer órgão de comunicação social, mas tudo não passou de um simulacro, organizado pelo Serviço Externo Associativo de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho da AEBA. Pedro Almeida, Director de Segurança da AEBA, coordenou as equipas de evacuação e intervenção, assegurando que todos os presentes fossem evacuados em perfeita segurança. Na sua opinião, "tudo correu de forma ordeira porque tínhamos o nosso plano de emergência bem estruturado, com as equipas de evacuação e intervenção prontas a actuar, quer no primeiro, quer no segundo piso do edifício".

Esta foi a forma encontrada para colocar à prova o plano de emergência elaborado pela AEBA, aproveitando ainda para alertar os empresários da região para esta problemática discutida posteriormente nas 11^{as} Jornadas Empresariais, por altura do V Aniversário da Associação.



Segurança e Saúde do Trabalho em debate

Por altura do seu quinto aniversário, a AEBA organizou as III^{as} Jornadas Empresariais, subordinadas ao tema "Segurança e Saúde do Trabalho – Presente e Futuro no Baixo Ave". As jornadas contaram com a participação de Alberto Silveira, Especialista em Segurança e Saúde do Trabalho, que tratou do tema da "Gestão da Prevenção nas empresas, como Factor de Competitividade".

Segundo a política habitual de promoção de boas práticas, o Director da Segurança da empresa EURICO FERREIRA, S.A., Victor Hugo Magalhães, explicou todo o processo de certificação, as dificuldades e as vantagens de uma empresa se certificar, segundo um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança. Este primeiro painel, moderado pelo director financeiro da BIAL, Branco da Costa, contou ainda com a participação do Assessor do Secretário de Estado do Emprego e Formação, Pedro Figueiredo. A



abertura dos trabalhos esteve a cargo de Pedro Silva, da empresa associada RICON INDUSTRIAL – Produção de Vestuário, S.A., e vice-presidente da Assembleia-Geral da AEBA.

O segundo painel contou com a intervenção do Delegado Coordenador da Inspeção Geral do Trabalho do Porto, Paulino Pereira, que debruçando-se sobre a "Segurança e Saúde do Trabalho – Responsabilidades no âmbito do código do trabalho", referiu que "apesar de a Inspeção do Trabalho não ser muito querida pelas empresas, devemos unir esforços para que se implementem verdadeiras práticas de prevenção nas empresas e se

evitem os acidentes que as estatísticas tão dramaticamente evidenciam".

O presidente da AEBA, Manuel Pontes, aproveitou a oportunidade para, no âmbito destas III^{as} Jornadas Empresariais, fazer uma apresentação multimédia, sobre a "AEBA – Passado, Presente e Futuro", reforçando o importante papel que a AEBA tem vindo a desenvolver não só no concelho da Trofa, mas também nos restantes concelhos do Baixo Ave. Nesse momento deu a conhecer o desejo da AEBA em adquirir o Cine Nova Trofa, para aí construir as suas novas instalações.

Após a celebração do compromisso de aquisição da nova sede da AEBA, momento alto deste V aniversário, o encerramento das III^{as} Jornadas Empresariais esteve a cargo do presidente da Câmara Municipal da Trofa, Bernardino Vasconcelos.



Sabia que...

O Serviço Externo Associativo de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho prestado pela AEBA, e de acordo com a legislação existente, subdivide-se em duas áreas:

■ **Medicina no Trabalho** – Através de uma parceria com o Hospital da Trofa, em que é feita a organização e manutenção dos registos clínicos e de outros elementos informativos relativos a cada colaborador, a AEBA realiza exames médicos, tais como exames de admissão, exames periódicos, exames ocasionais e complementares.

■ Higiene e Segurança do Trabalho –

Contempla diversas actividades, tais como visitas periódicas às instalações, análise de acidentes de trabalho e de estatísticas, estudos de análise e adaptação funcional aos postos de trabalho, identificação de perigos e avaliação de riscos, planos de emergência, verificação da conformidade das máquinas, formação e sensibilização dos trabalhadores, apoio na aquisição de equipamentos de protecção individual e na implementação e sinalização de segurança, auditorias de segurança, diagnósticos iniciais de higiene e segurança, informa-

ção sobre a actualização da legislação, apoio na elaboração do relatório anual de actividades de segurança, preenchimento do Modelo 1360 a enviar ao ISHST.

A AEBA, em 2005, prestou o Serviço Externo Associativo de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho a cerca de 80 empresas associadas. A AEBA conseguiu a homologação junto do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho (ISHST), do curso de "Técnico Superior de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho (nível V)".

Ficha Técnica

AEBA Magazine Publicação Trimestral, nº 12, (Abril, Maio, Junho 2006) | **Coordenação Editorial:** Mafalda Cunha | **Redacção e Produção:** Relações Públicas, Assessoria de Imprensa, Comunicação e Imagem | **Propriedade:** Associação Empresarial do Baixo Ave, Rua das Indústrias, 236, 1º andar, 4785-625 Trofa | **Tragem:** 2 mil exemplares | **Distribuição:** gratuita | **Nota:** Ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9/6, Capítulo II, Artigo 12º, nº 1A, esta publicação encontra-se isenta de registo.



- 12 de Abril de 2005 - Simulacro de incêndio nas instalações da AEBA



- 1 de Julho de 2005 - Encontro de Empresários no Europarque



- 20 de Julho de 2005 - Encontro de Negócios entre PME's da AEBA e AIDA (Aveiro)





• 5 Novembro de 2005 - Apresentação de Resultados do Programa Formação PME



• PME Capital apresenta Capital de Risco para PME's no Hotel Santana



• 15 de Dezembro de 2005 - Encerramento Programa Formação PME no Europarque





A AEBA - Associação Empresarial do Baixo Ave - promove, pelo 5º ano consecutivo, o Programa "Formação PME", que consiste num incentivo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, de todos os sectores de actividade, com dimensão até 50 colaboradores.

FORMAÇÃO PME
Faz das Pequenas, Grandes Empresas

Esclareça as suas dúvidas e apresente a sua candidatura nos serviços da AEBA

Como os empresários participantes avaliaram o Programa:

"... a elevada competência da equipa permitiu, conjuntamente com a empresa, o aperfeiçoamento e criação de diversos instrumentos de trabalho."

"...excelente desempenho da parte dos consultores que nos acompanharam durante este período."

"...com o crescimento da empresa, o programa tem ajudado a organizar, esboçar e sustentar este desenvolvimento..."

Empresas Intervencionadas
2004 / 2005



Associação Empresarial do Baixo Ave
Rua das Indústrias, 236, 1º andar / 4785-625 Trofa
Telefone: 252 403 860 / Fax: 252 403 869 / E-mail: fpme@aeba.pt



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social
Europeu



PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(FOPRS)



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



AEP

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA